



ATA N.º 16/2023

DA 2.ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE DEZEMBRO DE 2023  
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,  
REALIZADA A 12 DE DEZEMBRO DE 2023

-----No dia 12 de dezembro de 2023, no Auditório do Edifício dos Paços do Concelho Séc. XXI, reuniram-se os Membros da Assembleia Municipal de Lagos para continuação da Sessão Ordinária de dezembro de 2023 da mesma Assembleia, cuja 1.ª Reunião se tinha realizado no passado dia 11 de dezembro de 2023 e de que faltam tratar os seguintes Pontos da **ORDEM DO DIA**:

- PONTO 2 - *Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município;*
- PONTO 3 - *Debate agendado pelo Grupo Municipal da CDU, ao abrigo do Artigo 45.º do Regimento em vigor da Assembleia Municipal de Lagos, com o tema: “Trânsito, Estacionamento e Segurança Rodoviária no Concelho de Lagos”;*
- PONTO 6 - *Apreciação e votação referente à monitorização do Acordo de Execução com as Juntas de Freguesia;*
- PONTO 7 - *Apreciação e votação da proposta de Desafetação de Parcela de Terreno do Domínio Público Municipal, sita na Urbanização da Pedra Alçada;*
- PONTO 8 - *Apreciação do Relatório de controlo e monitorização do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de corrupção e infrações conexas do Município de Lagos - Anos de 2021 e 2022.*

-----**ABERTURA DA REUNIÃO:** Tendo sido constituída a Mesa com todos os seus Membros presentes, a Sra. Presidente da Mesa, Maria Joaquina Matos (PS), verificada a existência de quórum, deu início à presente Reunião, quando eram 20 horas e 46 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO(A) MEMBRO
PS	Carlos Manuel Pereira Fonseca (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)
PS	Dina Paula Furtado Bravo Seromenho de Cintra
PS	Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio (Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Bensafirim e Barão de S. João)
PS	João Fernando Rosado Reis (Presidente da Freguesia da Luz)
PS	Joaquim Alexandre Imaginário Russo



Fl. 188v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE  
LAGOS

PS	Joaquim Manuel Martins Lopes
PS	José António dos Santos Guerreiro
PS	José Manuel da Silva Jácome (2.º Secretário)
PS	Madeleine Filipe Fernandes da Silva
PS	Maria Clara de Paiva Boléo da Solva Rato
PS	Maria João Travanca Gervásio Batista
PS	Maria Joaquina Baptista Quintans de Matos (Presidente)
PS	Maria Manuela de Jesus Duarte
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto (1ª Secretária)
PS	Olga Maria Valente Fazenda (Vogal da Junta de Freguesia São Gonçalo de Lagos)
PS	Paulo José Lourenço Tovar de Moraes
PSD	Mílvia Filipa Pires de Campos Gonçalves
PSD	Nuno Filipe Carreiro Serafim
PSD	Rui Filipe Machado de Araújo
CDU	Ana Paula Pereira Viana
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira
LCF	Carlos Francisco Graça da Glória
LCF	Fernando de Jesus Ildefonso
CHEGA	Paulo Jorge Rosário Dias
BE	David Eduardo Vicente Roque

-----SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL	PERÍODO SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUTO
PS	Márcio Filipe dos Santos Viegas	Reunião	Natércia Maria Baptista Reigada
PS	Natércia Maria Baptista Reigada	Reunião	Madeleine Filipe Fernandes da Silva
PS	Maria Manuela Margarido Rodrigues	Reunião	Joaquim Manuel Martins Lopes

-----SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - TOMADA DE POSSE:



GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO	SITUAÇÃO
PS	Carlos Manuel M Saúde Fernandes (Presidente da Freguesia de São Gonçalo de Lagos)	Solicitou substituição para a Reunião, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do Artigo 18.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais.
PS	Olga Maria Valente Fazenda (Vogal da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos)	Substitui o Sr. Carlos Saúde (Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos).

-----MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE ESTIVERAM PRESENTES NA REUNIÃO:

PARTIDO	NOME/CARGO DO(A) MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira - Presidente
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis - Vice-Presidente
PS	Sara Maria Horta Nogueira Coelho - Vereadora

-----VERIFICOU-SE A AUSÊNCIA DOS SEGUINTE MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL, abaixo indicados:

PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis - Vereador
PS	Sandra Maria Almada de Oliveira - Vereadora
PSD	Pedro Augusto Borges de Lima Palma Moreira - Vereador
CDU	Alexandre Afonso Marques Ribeiro Nunes - Vereador

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

-----PONTO 2 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO: Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-676-9.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira explicou o documento.---

-----O Sr. Paulo Rosário (CHEGA) referiu que passou mais um trimestre sem que tivesse sido assinalado o dia 25 de novembro, questionando o Sr. Presidente da Câmara sobre a razão de tal omissão. Considerou incoerente que sejam assinalados, em sede municipal, dias como o da igualdade de género ou o da eliminação total das armas nucleares, mas não se faça referência a uma data que simboliza a liberdade pluralista, parecendo, assim, que se adota uma postura próxima do totalitarismo. Defendeu que a Câmara Municipal deve atuar de forma menos condicionada. Relativamente ao Hospital de Lagos, recordou que, em janeiro de 2022, aquando da inesperada desativação do hospital privado, o Sr. Presidente declarou tratar-se de uma perda significativa, tendo anunciado estar já a trabalhar com a Escola de Saúde



Fl. 189v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
D E  
LAGOS

Pública na definição de um plano estratégico que permitisse criar condições para atrair um novo hospital particular. Questionou, passados quase dois anos, quais os progressos alcançados e se o Município está, efetivamente, mais próximo de recuperar uma unidade hospitalar privada semelhante à que foi encerrada. Sobre as políticas de habitação, observou que existe um número elevado de pedidos de obra, mas uma fraca execução. Exemplificou, referindo que, no trimestre em análise, deram entrada quarenta pedidos de obra, foram emitidos oitenta e dois pareceres técnicos e expedidas trinta e cinco respostas, mas apenas se concretizou uma obra. Acrescentou que os arrendatários voltarão a ser chamados a pagar rendas das habitações e que terão de ajuizar as obras necessárias nesses imóveis, considerando que seria útil que a informação municipal esclarecesse também a partir de que momento as rendas voltarão a ser cobradas.-----

-----A Sra. Ana Paula Viana (CDU) congratulou a Câmara Municipal pelo facto de os pagamentos se encontrarem a ser efetuados no prazo de cinco dias. Questionou, de seguida, relativamente às candidaturas apresentadas para 24 fogos em regime de arrendamento apoiado e para 23 fogos em regime de arrendamento a custos acessíveis, se essas candidaturas já se encontravam admitidas. Perguntou ainda se os munícipes que se candidataram ao arrendamento apoiado também o fizeram ao arrendamento acessível, de forma cumulativa, ou se os processos foram independentes, uma vez que houve 999 candidaturas para o primeiro regime e mais de mil para o segundo. Solicitou, por fim, esclarecimentos quanto à data prevista para a entrega da primeira habitação.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) referiu que existiam 1260 candidatos ao Programa 1.º Direito, nas modalidades de arrendamento apoiado e de arrendamento acessível, salientando que a procura é atualmente muito superior à oferta. Concordou com a dúvida anteriormente colocada pelo Grupo Municipal da CDU, acrescentando que apenas foram abertos procedimentos concursais para 47 fogos habitacionais, o que considerou insuficiente face à gravidade da crise de habitação, cada vez mais evidente, sendo lamentável a ausência de respostas adequadas para as necessidades existentes. Recordou ainda que, no documento das GOP, estava prevista a reabilitação de casas devolutas no centro histórico, que se diz serem muitas, questionando quantos fogos já foram intervencionados, quer pelos proprietários, quer pela Câmara Municipal. Relativamente à Educação, destacou a preocupação dos serviços municipais em preparar a abertura do ano letivo, nomeadamente através da realização de uma palestra motivacional dirigida aos professores. Considerou, contudo, que os docentes, sendo profissionais de excelência, motivam-se sobretudo quando lhes são asseguradas as condições adequadas para exercerem a sua atividade com normalidade, devendo as iniciativas acessórias ser secundarizadas face à necessidade de criar condições estruturais para o sucesso educativo. Alertou, em particular, para a situação da Escola Secundária Gil Eanes, que se encontra em acelerado estado de degradação, questionando o motivo do adiamento das obras naquela escola. No que respeita ao Desporto, sublinhou que a Carta Municipal do Desporto é um documento estruturante, mas que também evidencia a elevada complexidade do setor, dado o



crescimento das associações, clubes e da própria exigência desportiva. Reconheceu o investimento já realizado, mas sugeriu que se iniciasse a reflexão sobre a criação de uma Conselho Municipal do Desporto, que pudesse dar voz ativa a todos os organismos do setor, garantindo maior notoriedade e representatividade a esta área da vida comunitária. Quanto à mobilidade, referiu que a informação reporta a execução de pequenos projetos internos, como o rebaixamento de passeios nas passadeiras, mas que não há referência à recolocação de obstáculos existentes nos passeios, em especial nas zonas utilizadas por pessoas com mobilidade condicionada. Chamou a atenção para a ocupação do espaço público pedonal por arbustos e outros elementos que continuam a dificultar a circulação, frisando que esses espaços são públicos e destinados à deslocação pedonal, não pertencem aos privados. Questionou o que tem sido feito e o que está previsto relativamente a este assunto, dado que nada consta de forma explícita nos documentos apresentados. Concluiu salientando que, apesar de considerar que as GOP aprovadas na reunião anterior constituem um documento importante e bem elaborado, estas não estabelecem compromissos claros e mensuráveis, o que impossibilita os lacobrigenses de verificarem, em determinados períodos, o cumprimento de metas concretas, criticando a falta de assunção de compromissos objetivos por parte da Câmara Municipal.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) referiu que, nesse dia, se assinalavam 46 anos sobre a realização das primeiras eleições autárquicas em Portugal, resultado da conquista do Poder Local pelos capitães de Abril em conjunto com o povo. Relativamente à Biblioteca Municipal, disse ter visitado as bibliotecas de Castro Marim e de Lagos, sublinhando as diferenças existentes entre ambas, e questionou o que se passava em concreto com a Biblioteca Municipal de Lagos. Frisou, em particular, a falta de um sistema informático para a receção de livros, perguntando quando seria encontrada uma solução para este problema.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) questionou o estado da monitorização da ribeira, referindo que, desde a intervenção com a draga, não tinham sido prestadas mais informações. Relativamente ao Forte da Ponta da Bandeira e ao paredão adjacente, pediu esclarecimentos sobre o ponto de situação das obras de reabilitação, salientando que se encontram danificados há bastante tempo. Perguntou ainda se existiam novidades relativamente ao Centro de Saúde, nomeadamente quanto à situação dos médicos de família, uma vez que se tem registado uma vaga significativa de baixas, pretendendo conhecer as razões desta situação. Solicitou igualmente esclarecimentos sobre o facto de a empresa Ecoambiente ter dois processos contra a Câmara Municipal. Sobre a segurança pública, referiu que todos reconhecem a necessidade de reforço de recursos humanos na esquadra de Lagos, que tem atualmente um número insuficiente de efetivos. Acrescentou que, durante o inverno, se regista um aumento de assaltos, considerando que um reforço de meios teria benefícios claros para a cidade. Questionou ainda o ponto de situação do Arquivo Municipal, lembrando que existe uma dispersão de documentos por vários edifícios, sendo os mesmos essenciais para a fidedignidade da informação prestada aos cidadãos. Por fim, agradeceu ao Membro da Assembleia José Manuel Freire por



Fl. 190v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

ter recordado o aniversário do Poder Local, sublinhando que o 25 de Abril abriu as portas à democracia tal como a conhecemos hoje e que o PREC foi determinante para pôr fim à subjugação do poder.-----

-----A Sra. Dina Cintra (PS) abordou a área da educação, destacando a crescente preocupação com o bem-estar psicológico da comunidade educativa. Referiu que, na sessão de abertura do ano letivo, decorreu uma palestra motivacional, já anteriormente mencionada pelo Membro da Assembleia Fernando Ildefonso, e que foi lançado o projeto “Isso é Psicológico”, do qual apresentou alguns exemplos. Sublinhou que estas medidas representam um apoio importante à segurança e ao acompanhamento dos alunos, promovendo uma melhoria contínua no apoio prestado pela escola.-----

-----O Sr. Carlos Glória (LCF) interveio em seguida, levantando várias questões. Relativamente ao edifício Montana, situado junto à falésia que se encontra em progressiva degradação, lembrou que as GOP previam uma intervenção e questionou quando a mesma será concretizada. Sobre o Forte da Ponta da Bandeira, que se encontra em estado de degradação há vários anos, alertou para o risco de perda do molhe, lembrando que, durante o presente ano, o forte esteve fechado ao público. No que respeita à habitação, chamou a atenção para os atrasos provocados por construtores que não cumprem os prazos, questionando o motivo pelo qual não são acauteladas, nos contratos, cláusulas que previnam este tipo de incumprimento. Relativamente às contas municipais, referiu que se regista um saldo de exercício negativo de 783.000,00 € (setecentos e oitenta e três mil euros). Com base na análise das receitas, destacou o declínio do IMT, no valor de 7.000.000,00 € (sete milhões de euros), enquanto, na despesa, se verificou um aumento, nomeadamente com pessoal, de 2.400.000,00 € (dois milhões e quatrocentos mil euros), e na rubrica de subsídios, de 2.072.000,00 € (dois milhões e setenta e dois mil euros). Considerou que estes fatores poderão levar a que a Câmara encerre o exercício com saldo negativo, uma vez que, até ao final do ano, não se esperam muitas receitas adicionais, mas sim um aumento de despesas, designadamente com pessoal e férias. Relativamente ao Plano Plurianual de Investimentos, apontou que apenas 23% do previsto está executado, situação recorrente devido às cativações. Questionou, assim, porque motivo o dinheiro não é utilizado ou, em alternativa, porque é que continua a ser orçamentado.-----

-----O Sr. Duarte Rio (PS), Presidente da União de Freguesias de Bensafrim e Barão de São João, questionou sobre a requalificação do parque urbano de Bensafrim, considerando necessária a sua ampliação de modo a transformá-lo num espaço de lazer e de excelência. Relativamente às estradas, referiu a situação da estrada de Vale dos Asnos, da estrada do Vale do Lobo, da estrada do Castanheiro e da estrada da Lagoa da Rosa, que continuam a necessitar de intervenção. Sublinhou que quem as percorre constata as depressões existentes no asfalto, sendo indispensável uma intervenção de fundo, questionando se estas obras poderão ser contempladas em 2024, de forma a garantir melhores condições de circulação e maior segurança. Sobre os balneários de Bensafrim, pediu informações adicionais, salientando a importância desta infraestrutura para assegurar melhores condições, tanto para a



formação como para a prática desportiva. Questionou ainda a situação da iluminação daquele recinto, aguardando esclarecimentos sobre uma possível solução. Referiu, por fim, a sede da Junta de Freguesia, que constitui uma ambição antiga, informando que já lhes foi solicitado um programa e memória descritiva, e pediu o ponto de situação sobre este processo.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) solicitou esclarecimentos sobre o ponto de situação da atribuição das bolsas de estudo. Pediu ainda informações relativamente às antigas instalações da Brigada Fiscal e, no que respeita ao património histórico, questionou se existem novidades sobre as negociações com o Poder Central referentes às muralhas e à Igreja de São Sebastião, em Lagos.-----

-----O Sr. David Roque (BE) questionou sobre a possibilidade de ser disponibilizado um catálogo online com toda a oferta cultural e educativa do Município. Relativamente ao serviço veterinário municipal, referiu ter recebido informações de que este apresenta dificuldades em acompanhar e responder a um conjunto de solicitações, nomeadamente no que respeita às obrigações legais relativas a animais domésticos, como a colocação de chips, não apenas em cães, mas também em gatos. Questionou, assim, se o Município tenciona reforçar a equipa com mais um elemento, considerando que uma única veterinária é insuficiente para dar resposta às necessidades do concelho. Chamou ainda a atenção para a situação da Ponta da Piedade, referindo que as luminárias colocadas naquela zona parecem funcionar como faróis, não se percebendo claramente o que se pretende iluminar. Sendo uma zona natural, considerou que merecia maior cuidado e um resguardo face à poluição luminosa, pedindo que a situação fosse corrigida.-----

-----A Sra. Maria João Batista (PS) destacou o investimento realizado na área da cultura, salientando a qualidade artística e a diversidade da oferta cultural no concelho, que tem procurado garantir que ninguém fique de fora. Relativamente à Biblioteca Municipal, referiu que têm sido promovidos diversos eventos dirigidos a diferentes públicos, sublinhando a realização de 22 atividades associativas que envolveram 604 participantes. Acrescentou que, apesar de o Centro Cultural se encontrar em obras, a sua equipa dinamizou vários eventos no cais, que se revelaram de grande qualidade, considerando-os uma boa forma de reinvenção, pelo que felicitou o Executivo. Na área da ação social, lembrou que continua a ser uma prioridade para o Município, observando que as problemáticas têm vindo a tornar-se cada vez mais complexas e a exigir abordagens e perspetivas inovadoras. Destacou, neste âmbito, o Projeto Radar Social, considerando-o muito relevante para o trabalho em rede. Questionou, no entanto, quem irá participar neste projeto, como será feita a escolha e de que forma será operacionalizado, designadamente no que toca à gestão dos recursos, das respostas e das soluções.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) congratulou a Câmara Municipal pela iniciativa “Conversas no Museu”, considerando que teve uma intervenção muito positiva, ao mostrar as perspetivas científicas sobre os riscos sísmicos. Relativamente às escolas, afirmou que sempre defenderam a construção de uma escola nova desde o início. Referiu que, na intervenção anterior, foi mencionada a ampliação da Escola das Naus, observando que esta não deveria ter sido construída



Fl. 191v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE  
LAGOS

naquele local e, muito menos, as obras agora previstas. Questionou se a construção de mais um piso não deveria levar a repensar esta ampliação, dado que a localização do terreno não será a mais adequada, do ponto de vista técnico, para suportar a carga adicional de população, considerando ser uma área facilmente sujeita a inundações em caso de tsunamis e os riscos e o prejuízo humano serão tanto maiores quanto maior for o número de população escolar a frequentar o espaço. Quanto ao serviço médico veterinário, destacou que têm sido notadas melhorias, tanto ao nível da sensibilização como na execução de ações. Questionou, no entanto, quando será feita uma campanha de vacinação e microchipagem de animais domésticos, como forma de prevenir o abandono e assegurar o devido controlo. Sobre o ambiente, destacou as ações de sensibilização já promovidas no âmbito da mitigação das alterações climáticas e da redução das emissões de dióxido de carbono. Questionou se a Câmara se comprometerá com metas concretas para 2024, designadamente quanto à instalação de tecnologia solar nos edifícios públicos sob tutela municipal.-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, respondeu que não havia referência ao 25 de novembro por duas razões: primeiro, porque o documento em apreciação se reportava ao período entre 1 de setembro e 31 de outubro, e, segundo, porque foi concluído no dia 24 de novembro, admitindo, contudo, que talvez na próxima informação do Presidente venha uma nota alusiva a esta data, para relembrar a segunda revolução. Relativamente ao Plano Estratégico da Saúde, afirmou que o Município tem trabalhado em articulação com a Escola de Saúde Pública na elaboração do Plano Municipal de Saúde, implementado dentro do limite das competências transferidas, sublinhando que a Câmara não pode impor a vinda de nenhum hospital privado para Lagos e que, no atual contexto conturbado, não é oportuno fazer esse tipo de investimento. Ainda assim, assegurou que não desistirão da construção do novo hospital, no local já previsto, e que pretendem que aí se venha a desenvolver também uma nova unidade hospitalar privada. Sobre o parque habitacional, referiu que é muito vasto e que, sempre que surjam necessidades de intervenção, basta comunicarem que a Câmara analisará. Explicou que houve atrasos devido à rescisão de contratos por parte da empresa adjudicatária, que efetuou despedimentos coletivos, obrigando a rever procedimentos e a lançar novo concurso. Informou que já existem dois blocos prontos, um em Bensafrim e outro no Sargaçal, e que os restantes estão em fase de concurso ou em curso, prevendo que, no final do ano ou no início de 2024, já se possam entregar novas habitações, para além das que estão em fase de arranque. Acrescentou que aos concursos concorreram 971 pessoas num caso e 1.074 noutro, havendo quem se tenha inscrito em ambos. Relativamente à Biblioteca Municipal, informou que existe um projeto de reabilitação que foi entretanto ajustado, dado que é intenção do Município criar uma nova Biblioteca noutro local e desativar o espaço atual, garantindo, contudo, condições para o seu funcionamento até lá. Disse ainda que será aberto concurso em breve e que, no início do próximo ano, estará disponível o catálogo online. Quanto ao edifício da Brigada Fiscal, explicou que falta o despacho do Ministro da Administração Interna e do Primeiro-Ministro, aguardando-se a respetiva homologação. Referiu ainda que o processo das bolsas de estudo está em fase



avançada e que, em breve, será dada resposta aos candidatos. No que respeita à Igreja de São Sebastião, disse que já foi feito o levantamento das necessidades e preparada uma minuta de protocolo a três - entre a paróquia, a fábrica da igreja e o Estado - com a Câmara a assumir um papel de mediação, procurando assegurar fundos comunitários para financiar a intervenção. Sobre a Praia da Dona Ana, informou que já tinha sido aberto concurso para a resolução do problema do buraco, mas que o mesmo ficou deserto, pelo que terá de ser aberto novo procedimento. Quanto às casas devolutas no centro histórico, referiu que o programa Mais Habitação impõe a sua recuperação, embora considere que processos coercivos acarretam grande dispêndio de recursos para resultados limitados, pelo que a aposta continuará a ser na construção de novas habitações. No que respeita às escolas, informou que a obra da Escola Secundária Gil Eanes já foi adjudicada e que será iniciada em breve, acrescentando que, de um modo geral, todas as escolas do concelho se encontram em bom estado e que o arranque do ano letivo decorreu de forma positiva e articulada com os diretores dos agrupamentos, realçando que o investimento na educação é também um investimento na cidade. Relativamente ao desporto, afirmou que o Conselho Municipal do Desporto já existe e que funciona em articulação com clubes e serviços, pelo que não se justifica a criação de outro órgão, a não ser que tal venha a revelar-se indispensável. Quanto à mobilidade e acessibilidade, explicou que têm sido removidos alguns obstáculos e rebaixados passeios, com especial atenção nas novas urbanizações, estando previsto um levantamento mais alargado para permitir um plano de ação faseado. Referiu-se também ao Forte da Ponta da Bandeira, dizendo que o levantamento já foi feito e esclarecendo que o forte e o pontão adjacente têm gestões distintas, sendo a Câmara responsável apenas pelo forte, enquanto o pontão está sob tutela da DGRM. Quanto à Ribeira de Bensafrim, adiantou que estão a procurar parcerias para intervir naquela frente de mar, à semelhança do que foi feito com a dragagem. Relativamente à saúde, informou que foi enviada uma carta ao Presidente da ARS, com conhecimento ao Ministério da Saúde, a exigir soluções para a falta de médicos de família, e que reuniu também com o Presidente da futura Unidade Local de Saúde, manifestando preocupação com o reforço dos cuidados primários. Sobre o processo da Ecoambiente, esclareceu que já se encontra arquivado, por se relacionar apenas com revisão de preços. No que toca à vacinação e identificação de animais, disse que está em curso uma campanha até ao dia 29 de dezembro, sublinhando que se trata de uma atividade assegurada por privados e que é necessário equilibrar responsabilidades entre o setor público e privado. Quanto à iluminação da Ponta da Piedade, explicou que foram salvaguardadas as áreas dos passadiços e estacionamento para garantir a segurança, acrescentando que os postes instalados são semelhantes aos da avenida e ajustados à existência de ciclovia, numa zona tendencialmente escura. Relativamente ao parque urbano de Bensafrim, disse que a avaliação ainda está em curso. Sobre a estrada do Vale dos Asnos, referiu que a intervenção é dispendiosa e que não está ainda definida, enquanto as restantes obras se prendem apenas com retificação de abatimentos. Sobre os parques de merendas de Barão de São João, disse que avançarão numa segunda fase, após a resolução do



Fl. 192v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
D E  
LAGOS

conflito com o arquiteto do centro interpretativo. Em relação aos balneários de Bensafrim, informou que já foi feita a desafetação da REN e a anexação ao terreno do Estrela de Bensafrim, encontrando-se o processo numa fase final para abertura de concurso, sendo que, em conjunto com a colocação do novo relvado sintético, o campo ficará em condições para a prática desportiva. Quanto à sede da Junta de Freguesia de Bensafrim e Barão de São João, adiantou que está prevista para o terreno municipal onde se encontra atualmente o mercado, em articulação com a construção de novos fogos. Por fim, referiu-se ao Radar Social, explicando que permitirá identificar e apoiar pessoas em situação de isolamento e vulnerabilidade, através de uma equipa técnica multidisciplinar, de modo a combater a chamada “fome escondida” e assegurar que ninguém fique sem resposta.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) referiu que, desde 2003, existe um projeto para a construção de uma nova Biblioteca Municipal, elaborado pelo arquiteto responsável pela reabilitação da Biblioteca Júlio Dantas. Observou que as atuais instalações apresentam diversos problemas, chegando ao ponto de já existir receio em proceder à limpeza dos vidros devido ao risco de queda. Acrescentou que o registo dos livros continua a ser feito manualmente e questionou o que foi feito do programa específico destinado à gestão bibliográfica, lamentando que estas matérias sejam constantemente adiadas. Relativamente aos obstáculos na via pública, recordou que, se for consultado o arquivo da Assembleia Municipal, é possível encontrar documentos aprovados há cerca de vinte anos no âmbito da mobilidade urbana e da utilização do espaço público, e que, apesar da aprovação de duas leis que permitem às autarquias resolver estes problemas, continua-se a discutir os mesmos assuntos duas décadas depois. Referindo-se à Casa de Santo Amaro, lembrou que o exemplo ali aplicado é insuficiente para a cidade, sendo que já se ultrapassou uma primeira etapa de planos nacionais e municipais de mobilidade sem que haja resultados concretos. Acrescentou ainda que, no presente ano, foi aprovada uma proposta de recomendação relativa ao Plano Municipal de Iluminação, mas que as respostas continuam a ser repetitivas. Questionou, por fim, quando será construída a nova biblioteca e qual o destino a dar às atuais instalações, que, com a saída do hospital, se tornaram ainda mais desertas.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) destacou que os professores reconhecem a existência de uma colaboração entre a Câmara Municipal e os agrupamentos escolares, visível nas visitas de articulação realizadas, o que considera inequívoco. Contudo, sublinhou que o problema referido anteriormente ultrapassa a esfera da vereação, por estar relacionado com a estrutura do sistema. Assinalou que, há muito tempo, é apontado que a lotação das salas obriga a que sejam desempenhadas tarefas em contexto que considera ilegal, nomeadamente a realização de reuniões de professores após longos dias de aulas, o que os sobrecarrega. Referiu que, nestas circunstâncias, palestras motivacionais acabam por perder impacto se não forem acompanhadas de medidas estruturais, embora reconheça que tais iniciativas são sempre bem-vindas. Relativamente às declarações da Dra. Ana Pereira, da Universidade Técnica de Lisboa, afirmou que estas surgiram em tom informal mas revelaram a incorreção do projeto da Escola das Naus, considerando que aquele



edifício não deveria ter sido construído naquele local e que não deve ser sujeita a maior carga construtiva. Sublinhou que tal cria uma dissonância entre o Poder Local e a perspetiva científica e salientou que as decisões políticas devem ter como base a ciência, para evitar dissabores futuros, questionando se a situação não preocupa o Executivo após as declarações daquela especialista.-----

-----A Sra. Mílvia Gonçalves (PSD) referiu que não tinha sido respondida a questão do arquivo municipal, lembrando que existe espólio disperso por vários pontos da cidade, e voltou a questionar sobre o reforço de efetivos da PSP.-----

-----O Sr. Paulo Rosário (CHEGA) recordou que, na Sessão Ordinária de abril, foi aprovada uma proposta recomendando à Câmara Municipal o investimento na biblioteca e no arquivo, bem como a promoção da construção de uma nova Biblioteca Municipal. Acrescentou que, na informação prestada, consta que foi lançado em novembro um concurso que se encontra em fase de apresentação de propostas e que foram iniciados três postos de trabalho nesse mesmo mês, mas não é feita qualquer menção ao dia 25 de novembro. Relativamente ao hospital privado, sublinhou que o Sr. Presidente respondeu anteriormente não ser oportuno e que nada tinha sido feito para o captar. Sobre o contencioso, recordou que já em setembro tinha alertado que o número de processos em que o Município é réu tinha aumentado para 38, sem que o Sr. Presidente tivesse dado relevo ao assunto, e que, entretanto, esse número subiu para 42, manifestando a esperança de que, no final do mandato, não fiquem indemnizações por pagar. No que toca à habitação, questionou quantas prorrogações já houve na construção dos nove fogos no Sargaçal e se existe informação sobre a derrapagem financeira associada, designadamente os custos de ajustamento de preços, de fiscalização municipal e de coordenação de segurança.-----

-----A Sra. Maria João Batista (PS) destacou o projeto Viver o Verão, cada vez mais ambicioso, e que este ano contou com a vertente Viver o Verão + In, marcada pela atenção à inclusão. Referiu tratar-se de uma resposta cuidada às famílias do Concelho e questionou qual a avaliação feita pelos encarregados de educação, bem como as perspetivas de continuidade e eventual alargamento do projeto no próximo ano.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, respondeu que, relativamente à Biblioteca Municipal, há cerca de 20 anos foi tomada a decisão de não avançar com a sua construção. Relativamente às caixilharias e aos sistemas de climatização, esclareceu que só avançarão quando estiver concluído o contrato de execução. Quanto ao registo de livros, afirmou não ser relevante que o mesmo seja feito manualmente ou informaticamente, considerando que isso não constitui um problema. Sobre as declarações da Dra. Ana Pereira, explicou que o que a mesma referiu foi que, em caso de terramoto seguido de tsunami, a Escola das Naus não deveria ter sido construída naquela zona, por ser uma área inundável, mas frisou que a eventual ampliação da escola não agravaria esse risco. Sublinhou ainda que, perante um tsunami, também o centro histórico e os Paços do Concelho ficariam destruídos, não devendo a cidade viver condicionada por esse cenário. Relativamente ao arquivo municipal, informou que foi analisada a situação e



Fl. 193v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

concluiu-se que nenhum dos edifícios existentes reúne condições para funcionar exclusivamente como arquivo. Nesse sentido, está em negociação a ampliação da zona industrial, entre a componente privada e a pública, estando em cima da mesa a possibilidade de a Câmara ficar com dois lotes dessa urbanização para aí construir um arquivo de raiz, solução que considera mais eficaz. Sobre o reforço da PSP, disse que estão a aguardar a abertura de concursos, esperando que Lagos seja contemplado. Quanto ao hospital privado, afirmou que os investimentos privados neste tipo de projeto têm abrandado. Relativamente às prorrogações de prazo para a obra dos fogos no Sargaçal, informou que já vai na nona e que os valores decorrentes dos ajustamentos virão a ser discutidos no final da empreitada.-----

-----**INTERRUPÇÃO DA REUNIÃO:** Neste momento, eram 22 horas e 15 minutos, a Sra. Presidente da Mesa, Maria Joaquina Matos (PS), declarou interrompidos os trabalhos da Reunião para um breve intervalo, tendo os mesmos sido retomados às 22 horas e 32 minutos.-----

-----**PONTO 3 - DEBATE AGENDADO PELO GRUPO MUNICIPAL DA CDU, AO ABRIGO DO ARTIGO 45.º DO REGIMENTO EM VIGOR DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS, COM O TEMA: “TRÂNSITO, ESTACIONAMENTO E SEGURANÇA RODOVIÁRIA NO CONCELHO DE LAGOS”:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-676-10.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) referiu que, ao agendar-se este ponto, se traz para a mesa uma matéria em que existe um vazio de planeamento e de regulamentação relativamente ao trânsito, circulação, estacionamento e segurança rodoviária. Recordou que Lagos tem uma tradição antiga nesta área, tendo sido o segundo concelho do país a tratar da questão do trânsito, ainda na altura em que a circulação era feita com carroças puxadas por animais. Acrescentou que, em 1864, foi apresentado o primeiro requerimento sobre trânsito, fazendo no próximo ano 240 anos. Informou ainda que a circulação se fazia pela esquerda até 1928, data da publicação do primeiro Código da Estrada, e que ao longo dos anos foram sendo introduzidas alterações regulamentares. Destacou que, em 1982, foi criada uma comissão sobre o tema, da qual resultou um plano; que em 1997 foi aprovado um regulamento de trânsito; que em 2010 foram definidas normas de circulação; e que, em 2011, se tentou implementar um novo regulamento. Explicou os documentos que sustentam esta evolução e sublinhou que, há meses, foi feito um requerimento à Câmara Municipal sobre esta matéria, ao qual ainda não obtiveram resposta, nomeadamente quanto ao projeto Pé no Pedal, salientando que cada vez mais circulam pessoas com deficiência que necessitam de medidas adequadas.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) referiu que a Câmara Municipal não se tem poupado a este tipo de assunto e que, há pouco tempo, participaram num debate sobre mobilidade no Algarve, onde procuraram transmitir as propostas já aqui apresentadas, considerando que tudo isto é necessário para promover a mudança de hábitos e comportamentos, evitando dissonâncias cognitivas. Sublinhou que estes documentos podem contribuir para uma maior eficiência e sustentabilidade, que



importa implementar. Recordou que, na reunião anterior, foi apresentada uma moção relacionada com esta temática, a qual continha alguns erros que importa corrigir, uma vez que as más sinalizações podem originar acidentes. Acrescentou que a intenção não foi criticar os funcionários da Câmara, mas antes alertar para os riscos que colocam em termos de segurança de automobilistas e peões. Referiu ainda que a ciclovia é um projeto que se tem arrastado durante anos, sem que se saiba ao certo em que ponto se encontra, e questionou a utilidade da iniciativa Pé no Pedal, por considerar que, apesar do interesse pedagógico, acaba por expor os participantes a riscos nas estradas, uma vez que não existem as infraestruturas adequadas para garantir a sua aplicação prática.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, afirmou ter ficado surpreendido com este ponto, por consistir num conjunto de propostas que abrangem diversas áreas. Informou que o Sr. Vice-Presidente prestaria esclarecimentos sobre os planos de tráfego, estacionamento, mobilidade no centro histórico e outras intervenções previstas. Acrescentou que existem vários projetos de ciclovias, alguns já em execução, e que, em matéria de mobilidade, as questões nunca estão encerradas, havendo situações que escapam mas que, regra geral, são respondidas atempadamente. Considerou ser necessária uma estratégia global e não apenas medidas avulsas, lembrando que as mudanças na mobilidade dos últimos sete anos obrigaram a adaptar a estratégia definida para a cidade. Manifestou a expectativa de encerrar em breve todos os documentos em preparação, permitindo passar à prática, e esperava um debate de outro nível sobre esta matéria.-----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge, referiu que, em todas as escolas do Município, foram reformulados e pintados estacionamentos para bicicletas, num total de 227 lugares. Relativamente à ecovia, explicou que a sinalização só pode ser feita após a marcação da linha, conforme o Código da Estrada, o qual hoje apresenta garantias que anteriormente não oferecia. Informou que será implementada uma ciclovia com ligação às escolas, permitindo que os alunos possam utilizar a bicicleta para se deslocarem, o que ajudará a reduzir o excesso de veículos junto às escolas e a necessidade de reformular horários, situação que tem levado muitos alunos a acordar mais cedo e a chegar atrasados quando se deslocam de autocarro, devido à falta de consciência de alguns encarregados de educação. Sublinhou que a mobilidade não se resume a ciclovias ou estacionamentos, mas exige também condições adequadas para a sua utilização. Recordou que, recentemente, foi apresentado um projeto com várias soluções e que, em julho, foi publicada uma portaria sobre a mobilidade pedonal, a qual estão já a aplicar, sem esperar pela sua última revisão. Informou que, no transporte público urbano (A Onda), o número de utilizadores tem vindo a aumentar, tendo sido reformuladas algumas carreiras, designadamente para facilitar o acesso ao mercado ao sábado. Destacou ainda que, desde 2022, os estudantes até aos 18 anos beneficiam de passe gratuito durante todo o ano, passando-se de 700 pedidos para mais de 2000 passes efetivamente utilizados. Relativamente aos passeios, afirmou que têm sido rebaixados e que têm sido deslocalizados obstáculos, nomeadamente a sinalização vertical, para garantir o devido uso pelos peões. Referiu, por fim, que os



Fl. 194v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

pinheiros da Fonte Coberta serão retirados e que será implementado um planeamento para evitar a repetição deste tipo de situações no futuro.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) afirmou que o tema apresentado pela CDU é de grande importância, apesar de vasto, por tratar do trânsito e das suas múltiplas vertentes, tendo indicado o sentido de voto. Defendeu que a segurança rodoviária poderia ser melhorada através de uma sinalização mais eficaz e sugeriu a criação de um sistema digital de sinalização pública, já experimentado noutros locais, que permitisse aos cidadãos reportar diretamente situações de danos ou falhas na via pública. Considerou que tal aplicação, assente nos atuais avanços tecnológicos, seria de fácil implementação e representaria um passo em frente na aproximação entre o Município e a população. Relativamente ao estacionamento, salientou que Lagos é uma cidade antiga, onde se tem verificado, nos últimos anos, um crescimento populacional acentuado. Sublinhou que muitas das novas urbanizações não dispõem de estacionamento adequado, o que poderá originar problemas futuros, defendendo, por isso, a necessidade de rever a gestão urbanística do concelho, articulando-a com o crescimento económico e envolvendo as populações no planeamento, de forma a antecipar e corrigir fragilidades.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) referiu que, no debate final, é essencial que se chegue a deliberações e destacou que a documentação relativa ao tema foi enviada atempadamente. Sugeriu que esta matéria fosse incluída numa das sessões das Jornadas de Lagos e informou que deixava um requerimento à Câmara Municipal a solicitar informações sobre o projeto Pé no Pedal e sobre o estacionamento de bicicletas, de modo a renovar o pedido feito em fevereiro de 2023, acompanhado de um guião sobre trânsito.-----

-----O Sr. Segundo Secretário da Mesa da Assembleia, José Jácome (PS) considerou evidente a necessidade de retirar os pinheiros da Avenida da Fonte Coberta, sugerindo que fossem substituídos por outras espécies arbóreas, de raiz menos invasiva, que não comprometam a ribeira. Relativamente à segurança dos peões, alertou que o maior perigo não provém dos automóveis, mas sim das bicicletas e trotinetes, que circulam em silêncio e surpreendem transeuntes, originando situações de risco. Sublinhou que as passadeiras e passagens de peões não são ciclovias e que, muitas vezes, os ciclistas circulam paralelamente à estrada e, ao chegarem às passadeiras, cruzam-se de forma súbita, provocando acidentes. Defendeu, por isso, a necessidade de separar claramente as vias destinadas a ciclistas das reservadas aos peões. Recordou ainda que a lei proíbe a circulação de bicicletas nos passeios, prevendo coimas de 300,00 € e a apreensão do veículo, sublinhando que cabe ao Município e às autoridades competentes assegurar o cumprimento da lei.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) referiu que, relativamente à intervenção do Secretário da Mesa da Assembleia sobre bicicletas e trotinetes, esta era uma questão que deveria ser abordada na escola de trânsito, explicando-se desde cedo como as coisas funcionam. Considerou que as ações de sensibilização são muito importantes, mas não bastam por si só, sendo igualmente necessário garantir condições físicas adequadas, conjugando o fator pedagógico com o fator infraestrutural. Acrescentou que, todos os verões, os automóveis continuam a circular no centro histórico, onde



existem restaurantes e esplanadas, apesar de existir um estudo em curso há cinco anos, sobre o qual não há informações, situação que considerou inadmissível e que representa uma inércia que agrava os problemas de mobilidade da cidade. Sugeriu que a Polícia Municipal assumisse um papel mais ativo na fiscalização destas situações.-----

-----O Sr. David Roque (BE) salientou que o tema é de grande relevância para o bem-estar público, considerando, no entanto, que tem havido uma gestão algo desordenada, fruto de um urbanismo deficiente que condiciona a criação de planos eficazes. Sublinhou que o centro histórico tem sido alvo de um processo de densificação que não comporta estacionamento, sendo frequente que os edifícios, após intervenção, aumentem a sua dimensão, ocupando espaço inexistente, o que perpetua erros e compromete soluções futuras. Referiu que a mobilidade pedonal deve ser uma preocupação tão relevante quanto a automóvel, alertando que veículos que circulam a sessenta quilómetros por hora não podem partilhar a mesma via com outros que circulam a três quilómetros por hora, sob pena de aumento do risco de acidentes entre peões, bicicletas e trotinetes. Relativamente ao rebaixamento dos passeios, apontou que a má colocação das passadeiras pode perpetuar erros, dando como exemplo o Intermarché, onde as passadeiras obrigam os peões a fazer percursos superiores ao trajeto natural. Sublinhou que, em cruzamentos, deveriam existir passadeiras em todas as direções, o que nem sempre se verifica, criando incerteza para os peões.-----

-----O Sr. Paulo Rosário (CHEGA) considerou que há um novo fator a ter em conta: o papel da Polícia Municipal, que deveria ser entendida quase como uma polícia de trânsito, já que 90% da sua atividade está relacionada com o cumprimento do Código da Estrada. Questionou se, desde a sua entrada em funções, as centenas de fiscalizações efetuadas ao trânsito resultaram realmente numa melhoria, observando que os cidadãos continuam a não respeitar regras básicas, nomeadamente de estacionamento. Recordou que, em junho de 2022, o Grupo Municipal Singular do CHEGA apresentou uma moção a solicitar mais estacionamento, que não foi implementada, e que apenas um ano depois surgiu uma proposta relacionada com faixas reservadas à mobilidade, conforme referido pela Eng.<sup>a</sup> Daniela Serrão, da AMAL. Defendeu que o trânsito e o urbanismo devem ser mais bem planeados para garantir fluidez. Sobre o caso das árvores da Avenida da Fonte Coberta, atribuiu a situação a uma má escolha de espécies, mas também a outros erros de planeamento, defendendo que a análise deve incidir sobre os locais onde se verificam incidentes e acidentes, para que aí sejam implementadas medidas concretas. Lembrou que apenas a Junta de Freguesia da Luz apresentou contributos sobre esta matéria, não havendo resposta de outras Juntas, o que pode dar a falsa sensação de que está tudo bem em termos de trânsito e segurança.-----

-----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere, Carlos Fonseca (PS) afirmou que este debate teria sido mais produtivo se tivesse sido acompanhado de mais informação, sublinhando a relevância do tema na atualidade. Recordou que o plano de mobilidade que ficou sem efeito em 2011 teria beneficiado Odiáxere, sobretudo pela passagem da EN 125 pelo centro da freguesia e pelas ruas estreitas



Fl. 195v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE  
LAGOS

que justificariam a adoção de sentidos únicos. Considerou, por isso, fundamental que o novo plano tenha em conta estas especificidades, alertando ainda para a incoerência de se colocarem lombas em determinados locais e noutros não, situação que, segundo referiu, deve ser da competência da Câmara Municipal, a qual tem estado em contacto permanente com as Juntas de Freguesia.-----

-----Posto isto, foi posta a votação a primeira proposta do Ponto Três da Ordem do Dia **DEBATE AGENDADO PELO GRUPO MUNICIPAL DA CDU, AO ABRIGO DO ARTIGO 45.º DO REGIMENTO EM VIGOR DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS, COM O TEMA: “TRÂNSITO, ESTACIONAMENTO E SEGURANÇA RODOVIÁRIA NO CONCELHO DE LAGOS”**.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 153/AM/2023:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a seguinte Proposta de Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “A Sinistralidade Rodoviária é um dos mais graves problemas das sociedades atuais e um problema de saúde pública. A nível mundial é a primeira causa de morte nos mais jovens e a oitava para todas as idades. Apesar dos progressos assinaláveis que Portugal fez em matéria de segurança rodoviária nos últimos anos, com uma redução superior a 75% no número de mortos, em 2022, mesmo assim, ainda perderam a vida nas estradas Portuguesas 462 pessoas, com 2 243 feridos graves e 38 456 feridos leves. A sinistralidade rodoviária deve ser considerada, para além de um problema devido a comportamentos inadequados, associados a falências do sistema de tráfego rodoviário e da sociedade civil, um grave problema de saúde pública, com as inerentes consequências sociais e económicas daí decorrentes. Os sinistros são especialmente frequentes em zonas urbanas. Ainda que os automóveis circulem a velocidades relativamente reduzidas, uma colisão com um veículo em movimento, pode infligir ferimentos muito graves. Pelos dados fornecidos em 21/11/2023 pela Autoridade Nacional Segurança Rodoviária, verificou-se que no ano de 2022 existiram 134 acidentes rodoviários no concelho de Lagos, atingindo 211 condutores, 29 passageiros e 27 peões. A taxa de atropelamentos corresponde a 12,79% dos acidentes e resultou em uma vítima mortal. Os Planos Municipais de Segurança Rodoviária são um instrumento à disposição dos agentes de proteção civil e de outras entidades e organismos direta ou indiretamente relacionados com a segurança rodoviária, que possibilitam o conhecimento da realidade dos Concelhos, em termos de sinistralidade, permitindo assim uma análise sistemática das problemáticas e consequente resolução das mesmas. Os Planos Municipais de Segurança Rodoviária têm como objetivo analisar a evolução da sinistralidade rodoviária nos concelhos, caracterizar e associar a sinistralidade às vias rodoviárias existentes, identificar os locais de acumulação de acidentes, diagnosticar e caracterizar os grupos e fatores de risco, e proceder à elaboração da carta de sinistralidade rodoviária dos acidentes com vítimas, ocorridos nos concelhos. Esta análise será determinante para definir um conjunto de objetivos quantitativos, estratégicos e operacionais, e, consequentemente, um conjunto de ações-chave que irão permitir a concretização dos objetivos propostos. Com o desígnio de tornar a segurança rodoviária uma prioridade para todos, as políticas públicas de segurança rodoviária necessitam de estar suportadas em estratégias



eficazes e eficientes que envolvam e motivem a sociedade, tendo por escopo garantir maior segurança para os utilizadores, tornar as infraestruturas e os veículos mais seguros. Considerando que a segurança rodoviária é um compromisso e uma responsabilidade de todos, e que o seu combate exige um esforço partilhado entre o governo, organizações públicas, autarquias, gestores de infraestruturas, organizações com responsabilidades na segurança e na mobilidade rodoviária, setor empresarial, agentes económicos, organizações e associações, entre muitos outros, e também de todos nós como cidadãos através do nosso comportamento. Assim considerando o atrás exposto os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos reunida a 11 de dezembro de 2023 delibere recomendar à Câmara Municipal de Lagos: 1- A elaboração do Plano Municipal de Segurança Rodoviária de Lagos. 2- Que a elaboração do PMSR de Lagos, envolva a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, a Prevenção Rodoviária Portuguesa, a Proteção Civil, as Forças de Segurança (PSP, GNR e Polícia Municipal), assim como Escolas de Condução do Concelho, Comunidade Escolar e a Comunidade Lacobrigense.”---  
-----Posto isto, foi colocada a votação a segunda proposta de recomendação do Ponto Três da Ordem do Dia **DEBATE AGENDADO PELO GRUPO MUNICIPAL DA CDU, AO ABRIGO DO ARTIGO 45.º DO REGIMENTO EM VIGOR DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS, COM O TEMA: “TRÂNSITO, ESTACIONAMENTO E SEGURANÇA RODOVIÁRIA NO CONCELHO DE LAGOS”**.....

-----**DELIBERAÇÃO N.º 154/AM/2023:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a seguinte Proposta de Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “Por iniciativa da CDU a Assembleia Municipal de Lagos em 28 de Abril de 2003 aprovou por unanimidade uma recomendação cujos considerandos se transcrevem: “Com o aumento crescente do número de veículos motorizados que circulam pelas nossas ruas, com a qualidade da pavimentação das estradas, e com a potência cada vez maior das viaturas, a segurança rodoviária, nas ruas da nossa cidade e povoações é objeto de preocupação permanente. Com o objetivo de sensibilizar a comunidade local e todos quantos nos visitam, para a importância das questões relacionadas com a segurança rodoviária urbana, nomeadamente, o excesso de velocidade, o excesso de ruído, o estacionamento, a utilização das passadeiras, etc.” Atualmente esta situação agudizou-se em muito, considerando o aumento da população residente e visitante e das viaturas em circulação. Acrescentar que esta situação aumentou, nos últimos anos, de forma muito significativa com a utilização da bicicleta e outros modos suaves, em contexto de transporte quotidiano e recreio, o que é bastante positivo. Garantir a segurança dos ciclistas é condição fundamental para promover e expandir o uso da bicicleta, por um lado, e para defender o próprio direito a pedalar na via pública por outro. Pretende-se, no fundo, uma convivência sã, harmoniosa e segura entre os diversos modos de transporte, quer seja de carro, de mota, de bicicleta, a pé ou outros. Assim considerando que a realização de campanhas de informação e/ou sensibilização constitui uma mais-valia, nos domínios da segurança rodoviária, no nosso Concelho, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida a 11 de dezembro de 2023 delibere, recomendar à Câmara Municipal de



Fl. 196v.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**  
**DE**  
**LAGOS**

Lagos: 1 - Realização de uma campanha de informação e sensibilização sobre a segurança rodoviária urbana, na cidade, vilas e povoações do concelho; 2 - Que para o efeito seja solicitada a colaboração da PSP, GNR, Polícia Municipal e do Serviço Municipal de Proteção Civil; 3 - Que sejam envolvidos os Agrupamentos Escolares de Lagos nesta campanha. 4 - Que seja pedida a colaboração da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária e da Prevenção Rodoviária Portuguesa.”-----

-----Posto isto, foi colocada a votação a terceira Proposta de Recomendação do Ponto Três da Ordem do Dia **DEBATE AGENDADO PELO GRUPO MUNICIPAL DA CDU, AO ABRIGO DO ARTIGO 45.º DO REGIMENTO EM VIGOR DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS, COM O TEMA: “TRÂNSITO, ESTACIONAMENTO E SEGURANÇA RODOVIÁRIA NO CONCELHO DE LAGOS”**-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 155/AM/2023:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a seguinte Proposta de Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “O significativo aumento do número de veículos em circulação no concelho, de residentes e visitantes, a par da carência de oferta de estacionamento que responda a todas as necessidades, nomeadamente no período de verão, impõem uma regulação mais apertada do trânsito em Lagos, em especial no que concerne ao estacionamento, com vista a proteger os residentes e os que no concelho desenvolvem a sua atividade profissional. Considerando que entre outros aspetos compete à Câmara Municipal: - A decisão e implementação dos sentidos de circulação de trânsito e das zonas de estacionamento através da aplicação da sinalização na via pública, sob a sua jurisdição, nos termos da legislação em vigor; - Determinar em que locais se justifica, para além da sinalização vertical e marcas rodoviárias, a existência de sinalização luminosa ou outra complementar; - A adoção de medidas de segurança rodoviária, nomeadamente de controlo de velocidade, e da promoção da acessibilidade e mobilidade no espaço público; - Aprovar a localização dos parques e zonas de estacionamento; - Aprovar a localização das plataformas de cargas e descargas; Considerando ainda que os instrumentos municipais que regulam o trânsito se encontram desatualizados, como são o caso do Plano de Circulação de Lagos, elaborado em 1982 e o Regulamento Municipal de Trânsito (Intramuralhas), aprovado em 1997; Considerando-se vital a importância legal da regulamentação do trânsito, quer pela defesa de condutores e peões quer do próprio município, os eleitos da CDU propõem que Assembleia Municipal de Lagos reunida a 11 de Dezembro de 2023 delibere recomendar à Câmara Municipal de Lagos: - O início do procedimento para a elaboração do Regulamento Municipal de Trânsito Estacionamento e Segurança Rodoviária no Concelho de Lagos.-----

-----Posto isto, foi colocada a votação a quarta Proposta de Recomendação do Ponto Três da Ordem do Dia **DEBATE AGENDADO PELO GRUPO MUNICIPAL DA CDU, AO ABRIGO DO ARTIGO 45.º DO REGIMENTO EM VIGOR DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS, COM O TEMA: “TRÂNSITO, ESTACIONAMENTO E SEGURANÇA RODOVIÁRIA NO CONCELHO DE LAGOS”**, obtendo o seguinte resultado:



	PS	PSD	CDU	LCF	CHEGA	BE	TOTAL
<b>VOTOS A FAVOR</b>	14	3	2	2	0	1	<b>22</b>
<b>ABSTENÇÕES</b>	1	0	0	0	1	0	<b>2</b>
<b>VOTOS CONTRA</b>	1	0	0	0	0	0	<b>1</b>

-----**DELIBERAÇÃO N.º 156/AM/2023:**

-----**Aprovada**, por maioria, a seguinte Proposta de Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “Considerando que: A generalização do uso do veículo automóvel privativo como forma privilegiada de transporte urbano tem provocado alterações drásticas na construção, gestão e vivência dos espaços públicos das cidades; A reabilitação das redes sociais urbanas, a melhoria da saúde pública e o aumento da qualidade ambiental da cidade dependem da revalorização do “andar a pé” e da mudança de paradigma na resposta a dar ao constante aumento de veículos automóveis e conseqüente congestionamento da circulação e do estacionamento (dado que o alargamento da oferta de infraestruturas viárias é comprovadamente um fator de qualidade de vida); Considerando, as recomendações constantes da Carta Europeia dos Direitos dos Peões, aprovada pelo Parlamento Europeu em 1988, das “Resoluções sobre Segurança Pedonal” de 2001 das Nações Unidas (Comissão Económica para a Europa do Conselho Social e Económico das Nações Unidas), da Carta Mundial dos Direitos à Cidade, de 2004 e ainda com as diretivas europeias sobre acessibilidades e segurança rodoviária e legislação nacional; torna-se cada vez mais urgente a necessidade da aprovação de instrumentos de defesa dos direitos dos peões, como é o caso da elaboração de uma Carta Municipal de Direitos dos Peões, pois qualquer peão tem o direito cívico de circular na via pública sem correr o risco de ser atropelado, de ver a sua integridade física ameaçada, de sofrer riscos derivados da poluição ambiental, de ver reduzida a sua capacidade de mobilidade e acessibilidade. Para que esta afirmação seja verdadeira, há uma série de medidas, relacionadas com problemas de trânsito em meio urbano, que devem ser cumpridas. Reconhecendo que andar a pé é uma alternativa de transporte gratificante e saudável, não só do ponto de vista ambiental, mas também social e económico, urge devolver a cidade ao cidadão, nomeadamente através da criação de uma rede pedonal contínua dentro da Cidade e Vilas, contribuindo para a inversão da situação de domínio automóvel que atualmente existe. Assim os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos reunida a 11 de Dezembro de 2023, delibere recomendar à Câmara Municipal de Lagos, que: 1- Proceda à elaboração da Carta Municipal dos Direitos dos Peões, tendo em conta os considerandos atrás expostos. 2- Dar conhecimento desta deliberação aos Órgãos de Comunicação Social.”-----

-----Posto isto, foi colocada a votação da quinta Proposta de Recomendação do Ponto Três da Ordem do Dia **DEBATE AGENDADO PELO GRUPO MUNICIPAL DA CDU, AO ABRIGO DO ARTIGO 45.º DO REGIMENTO EM VIGOR DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS, COM O TEMA: “TRÂNSITO, ESTACIONAMENTO E SEGURANÇA RODOVIÁRIA NO CONCELHO DE LAGOS”**, obtendo o seguinte resultado:



Fl. 197v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE  
LAGOS

	PS	PSD	CDU	LCF	CHEGA	BE	TOTAL
<b>VOTOS A FAVOR</b>	14	3	2	2	0	1	<b>22</b>
<b>ABSTENÇÕES</b>	2	0	0	0	1	0	<b>3</b>
<b>VOTOS CONTRA</b>	0	0	0	0	0	0	<b>0</b>

-----**DELIBERAÇÃO N.º 157/AM/2023:**

-----**Aprovada**, por maioria, a seguinte Proposta de Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “Em 27 de Setembro de 2004, por iniciativa da CDU a Assembleia Municipal de Lagos aprovou por unanimidade uma proposta intitulada “Criação de uma Escola Municipal de Trânsito” que referia nomeadamente: “Considerando a necessidade de fomentar, nas crianças, o mais cedo possível, atitudes de segurança, sentido de responsabilidade, comportamentos defensivos na estrada e competências de circulação rodoviária. Considerando que a mudança de atitudes e comportamentos dos utilizadores da via pública – automobilistas, passageiros, peões, motociclistas ...- por forma a diminuir os acidentes de viação, só é possível através de uma adequada sensibilização e formação.” Assim a Assembleia Municipal de Lagos deliberou recomendar à Câmara Municipal: “1- A criação de uma Escola Municipal de Trânsito com os objetivos de prevenir, sensibilizar e formar, crianças, jovens e adultos, para a segurança rodoviária.” Posteriormente na reunião da Câmara Municipal de Lagos de 7 de Setembro de 2005, foi presente uma proposta pela Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lagos e que mereceu aprovação por maioria, intitulada: “Acordo de Colaboração entre o Município e o Moto clube de Lagos para a construção e gestão da Escola de Trânsito de Lagos” e que referia nomeadamente o seguinte: “Considerando que, de acordo com os objetivos Gerais da Educação Rodoviária, as crianças deverão: a) Compreender os comportamentos e atitudes necessários a uma segura inserção no trânsito, como peões, passageiros, ciclistas e automobilistas b) Desenvolver as capacidades físicas e psíquicas imprescindíveis a uma inserção segura na circulação rodoviária. c) Conhecer o significado dos principais sinais de trânsito e das regras essenciais aos utentes da estrada. d) Aprender a assumir um comportamento cívico e social na circulação rodoviária e) Reconhecer a necessidade dos veículos se apresentarem em boas condições técnicas indispensáveis à circulação rodoviária. f) Compreender a interação existente entre o homem o veículo e o ambiente rodoviário. g) Considerando que o Município de Lagos pretende promover a construção da Escola de Trânsito de Lagos, destinada a proporcionar a crianças e jovens conhecimentos e competências que permitem uma adequada integração na circulação rodoviária.” Assim passados 18 anos após a deliberação dos Órgãos Municipais, manifestando a importância da Construção de uma Escola Municipal de Trânsito, em Lagos, mantendo-se atuais os considerandos que justificavam as propostas acima referidas, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos reunida a 11 de dezembro de 2023 delibere, recomendar à Câmara Municipal de Lagos: 1- A construção de uma Escola Municipal de Trânsito com os objetivos de prevenir, sensibilizar e formar, crianças, jovens e adultos, para a segurança rodoviária. 2- Solicite a colaboração à Prevenção



Rodoviária Portuguesa, à Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária e aos Agrupamentos Escolares do Concelho, para concretização deste projeto.”-----

-----O Membro da Assembleia Paulo Morais fez a seguinte declaração de voto: “Abstive-me porque estas questões estão previstas no código da estrada parecendo uma questão demagógica.”-----

-----**PONTO 6 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO REFERENTE À MONITORIZAÇÃO DO ACORDO DE EXECUÇÃO COM AS JUNTAS DE FREGUESIA:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-676-11.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, apresentou o documento.-----

-----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere, Carlos Fonseca (PS) referiu que este documento, que normalmente seria apresentado à Assembleia Municipal em abril de cada ano, surge em dezembro devido ao facto de os contratos já não se encontrarem em vigor. Sublinhou que as transferências de competências foram concretizadas e que todo o processo decorreu dentro da normalidade, acrescentando que os duodécimos foram pagos pela DGAL a todas as Freguesias. Concluiu afirmando que este não é um documento de fecho de contas, mas sim mais uma página encerrada na história das Freguesias do Concelho.-----

-----O Sr. Carlos Glória (LCF) congratulou as Freguesias, sublinhando a sua importância no Concelho de Lagos, dado o trabalho relevante que desenvolvem. Recordou que, em 2019, a Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos ficou com verbas disponíveis e que, em 2021, estas poderiam ter sido aplicadas em outras necessidades da cidade, nomeadamente nas Portelas, onde existe uma rua em que, como já foi referido, a circulação só é possível de barco. Manifestou o desejo de que os recursos financeiros sejam aplicados em locais onde persistem carências.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) recordou que, há vários anos, vem levantando questões relacionadas com a descentralização de competências, lamentando que os documentos apresentados não tragam informação complementar suficiente. Referiu ter solicitado, repetidamente, esclarecimentos adicionais para que os relatórios sejam apresentados de forma mais detalhada, em particular no que respeita ao acordo em análise. Questionou se as despesas com pessoal se destinam exclusivamente aos acordos ou se abrangem também outras funções, alertando que, caso não seja assim, poderá estar-se a aprovar uma verba que não é legal. Concluiu afirmando que, por esse motivo, não se sente confortável para votar esta matéria.-----

-----O Sr. Paulo Rosário (CHEGA) considerou que a informação prestada é insuficiente para permitir uma monitorização efetiva do acordo, defendendo que deveriam ter sido anexados os relatórios fornecidos pelas Juntas de Freguesia.-----

-----O Sr. Presidente da União de Freguesias de Bensafrim e Barão de São João, Duarte Rio (PS) referiu que a monitorização não é mais do que o acompanhamento da organização e da execução das despesas pelas Juntas de Freguesia. Acrescentou que os anexos comprovam o trabalho realizado, sublinhando que este acordo correu bem enquanto esteve em vigor, reconhecendo o esforço desenvolvido e o apoio da



Fl. 198v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE  
LAGOS

Câmara Municipal. Sublinhou que todas as despesas foram feitas em prol do bem-estar das populações, terminando agora um ciclo, com o correspondente acerto de contas, que atribui mais responsabilidades às Juntas. Reconheceu igualmente o papel da Câmara Municipal e destacou o acompanhamento próximo do Vice-Presidente da Câmara, que tornou possível a execução do acordo. Explicou que estes acordos têm a mesma natureza da transferência de competências e que, no caso da DGAL, também serão monitorizados e controlados anualmente, havendo sempre correções a introduzir para melhor preparar esse processo. Recordou que nem todas as ações estão contempladas nesta transferência, pelo que só se pode gastar dentro dos limites nela previstos. Relativamente aos custos com pessoal, esclareceu que não abrangem todos os funcionários das Juntas, frisando que apenas uma funcionária administrativa e os trabalhadores afetos à execução direta do acordo estão contemplados, em conformidade com a lei e com aprovação da Câmara Municipal.--

-----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere, Carlos Fonseca (PS) acrescentou que as Juntas não podem assumir competências que não lhes pertencem, ainda que fosse desejável. Referiu, como exemplo, os caminhos rurais, salientando que não é possível gastar dinheiro em matérias fora do âmbito legal. Defendeu que os funcionários afetos aos acordos devem ver o seu trabalho valorizado e reiterou que o documento é, por isso, legal.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) questionou qual o montante total gasto em encargos com pessoal em 2022.-----

-----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Luz, João Reis (PS) respondeu que os valores se reportam apenas aos acordos de execução e às competências especificamente elencadas. Esclareceu que o quadro de pessoal da Junta é de dezasseis trabalhadores e que, se fosse feita a média de 10.000,00€ por trabalhador, o custo seria de 160.000,00€, mas que, no ano de 2022, as despesas com pessoal ascenderam a 250.000,00€, o que demonstra que nem todos os trabalhadores estão contemplados no documento em análise.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) voltou a sublinhar que faltavam os relatórios que comprovassem as informações prestadas.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira esclareceu que não se trata de transferências de competências, mas sim de contratos de execução. Referiu que a lei apenas permite este modelo, limitado à gestão e manutenção de espaços verdes, limpeza de ruas e sargetas, manutenção de feiras e mercados, pequenas reparações em estabelecimentos escolares e manutenção dos espaços envolventes, incluindo os custos de pessoal estritamente associados. Sublinhou que, por isso, não é possível utilizar estas verbas para intervir, por exemplo, em arruamentos como os das Portelas, por se tratar de competência exclusiva da Câmara. Explicou que estes acordos começaram com valores reduzidos, ajustados à estrutura existente, e que foram sendo reforçados à medida que se demonstrou a sua utilidade, nomeadamente através do aumento dos recursos humanos e investimentos. Recordou ainda que os documentos associados estão disponíveis para consulta na Câmara Municipal e nas Juntas de Freguesia. Acrescentou que, no modelo atual, a DGAL transfere diretamente para as Juntas, sendo o processo sujeito a



monitorização anual, com possibilidade de penalizações em caso de desconformidade. Referiu ainda que este acordo tinha a duração de quatro anos e que, relativamente à Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos, a verba em excesso foi deixada em conta corrente para eventual utilização em 2023. Concluiu que o aumento da despesa com pessoal decorreu diretamente da execução destes acordos, sendo as eventuais dúvidas passíveis de verificação nos Relatórios e Contas disponíveis.-----

-----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere, Carlos Fonseca (PS) acrescentou que esta mesma questão já tinha sido levantada em sede de Assembleia de Freguesia e que, nessa ocasião, foi aprovada por unanimidade. Disponibilizou-se ainda para mostrar os contratos de execução celebrados.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) referiu que, em anexo, constavam duas folhas que totalizavam o valor de 1.000.000,00€ (um milhão de euros) e que estavam a tentar compreender o modo de funcionamento desse processo.-----

-----A Sra. Dina Cintra (PS) respondeu que a informação foi enviada atempadamente, de modo a permitir que todos os membros pudessem analisar e perceber os documentos, questionando a razão de surgirem agora dúvidas.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) salientou que, desde o início dos acordos, é prometida informação complementar que justifique os valores apresentados, mas que a mesma nunca foi disponibilizada. Deu exemplos e acrescentou não compreender por que motivo parecem estar a ser pagos praticamente todos os funcionários da Junta de Freguesia, frisando que é necessário garantir que esses trabalhadores estão, de facto, afetos exclusivamente aos acordos de execução.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira referiu que os valores apresentados são os valores reais e que era uma questão de se fazer as contas.-----

-----O Sr. Presidente da União de Freguesias de Bensafrim e Barão de São João, Duarte Rio (PS) referiu que possuía o relatório do terceiro trimestre, no qual consta a manutenção dos espaços adjacentes aos estabelecimentos de ensino, com o valor de 1.345,80 € (mil trezentos e quarenta e cinco euros e oitenta cêntimos). Esclareceu que este valor não corresponde ao pagamento de um funcionário durante três meses, mas sim ao valor proporcionalmente afeto a essa função. Acrescentou ainda que, com o mesmo critério, existe um funcionário afeto à reparação dos estabelecimentos de ensino.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) agradeceu o esclarecimento prestado pelo Presidente da Junta de Freguesia, salientando que o mínimo seria disponibilizar informação complementar.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, referiu que consultou o site da Junta de Freguesia da Luz, onde se encontra publicado o relatório e contas de 2021, constatando que a mesma possui dezassete funcionários e mais de 200.000,00 € (duzentos mil euros) apenas em ordenados base.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) indicou o sentido de voto e considerou que o Presidente da União de Freguesias de Bensafrim e Barão de São João deu um exemplo de transparência, mostrando precisamente aquilo que falta noutros casos. Sublinhou que quem vota tem direito a informação que complemente o seu voto,



Fl. 199v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

situação idêntica à dos requerimentos, em que muitas vezes não é prestada a informação necessária sobre os procedimentos.-----

-----Posto isto, foi colocado a votação o Ponto Seis da Ordem do Dia: **MONITORIZAÇÃO DO ACORDO DE EXECUÇÃO COM AS JUNTAS DE FREGUESIA**, obtendo o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	LCF	CHEGA	BE	TOTAL
<b>VOTOS A FAVOR</b>	16	0	2	2	0	0	<b>20</b>
<b>ABSTENÇÕES</b>	0	0	0	0	0	1	<b>1</b>
<b>VOTOS CONTRA</b>	0	3	0	0	1	0	<b>4</b>

-----**DELIBERAÇÃO N.º 158/AM/2023:**

-----Apreciada a monitorização do Acordo de Execução celebrado com as Juntas de Freguesia, foi deliberado, por maioria, nos termos da alínea k) do n.º 1 do Artigo 25.º, do Anexo I, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, **aprovar**, a devolução do valor remanescente bem como a compensação dos montantes excedidos, respetivamente, a cada Junta de Freguesia, conforme proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos, aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 8 de novembro de 2023.-----

-----O Grupo Municipal do PSD apresentou a seguinte Declaração de Voto: “Nós votamos contra por achar que não podíamos votar em livre consciência”.-----

-----**PONTO 7 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL, SITA NA URBANIZAÇÃO DA PEDRA ALÇADA:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-676-12.-----

-----Não sendo alvo de qualquer intervenção, foi colocado a votação o Ponto Sete da Ordem do Dia: **PROPOSTA DE DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL, SITA NA URBANIZAÇÃO DA PEDRA ALÇADA.**---

-----**DELIBERAÇÃO N.º 159/AM/2023:**

-----**Deliberado**, por unanimidade, autorizar a desafetação do domínio público municipal, de Parcela de terreno, anexa ao Lote n.º 6 da Urbanização da Pedra Alçada (Alvará n.º 1/93(, em Lagos, Freguesia de São Gonçalo, Concelho de Lagos, com a área de 112,57m<sup>2</sup> (cento e doze metros e cinquenta e sete centímetros quadrados), que confronta do norte com Lote n.º 6, do sul com domínio público, do poente com domínio público e do nascente com o Lote n.º 5, com o valor de 3 450,00€ (três mil quatrocentos e cinquenta euros), nos termos e para os efeitos previstos na alínea q) do n.º 1 do Artigo 25.º, do Anexo I, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 18 de outubro de 2023.-----

-----**PONTO 8 - APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE CONTROLO E MONITORIZAÇÃO DO PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO, INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS DO MUNICÍPIO DE**



**LAGOS - ANOS DE 2021 E 2022:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-676-13.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) informou que não iria participar na intervenção deste ponto por ter ajudado a fazer este relatório.-----

-----O Sr. Paulo Rosário (CHEGA) referiu que o Grupo Municipal Singular do CHEGA solicitou o relatório de controlo e monitorização relativo aos anos de 2020 e 2021 e que, em março, voltou a reforçar esse pedido. Acrescentou que, em abril, foi apresentado novo requerimento a solicitar a mesma informação e que, passados dois anos, apenas agora se procede à apreciação deste relatório, ficando por terra a monitorização referente a 2020.-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA:** De seguida foi aprovada, por unanimidade a minuta de todas as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal no decurso da presente Reunião.-----

-----**FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente Reunião, foi utilizada a forma de votação por braço levantado e por Grupo Municipal representado na Assembleia.---

-----**ENCERRAMENTO DA SESSÃO:** Assim a Sra. Presidente da Mesa, Maria Joaquina Matos (PS), deu por encerrada a Sessão eram 0 horas e 28 minutos, da madrugada de 13 de dezembro, de onde foi extraída a presente Ata que eu, Maria Paula Dias da Silva Couto, 1.ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevi e assino juntamente com a sua Presidente, Sra. Maria Joaquina Baptista Quintans de Matos.-----

.....  
.....